



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO

PE Nº 90.024/2025

Processo Licitatório nº **1.811/2025**, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90.024/2025**, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de PÓ DE CAFÉ, acondicionado em pacotes de 500g (quinhentos gramas) embalados à vácuo, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, Subprefeituras e Fundação, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se o presente processo administrativo de recurso interposto, tempestivamente, pela empresa PHENIX COMERCIO E SERVICOS EM GERAL LTDA, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa CAFE COLISEU LTDA, no bojo do Pregão Eletrônico nº 90.024/2025.

I. DO RELATÓRIO

I.a. DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa PHENIX COMERCIO E SERVICOS EM GERAL LTDA, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa CAFE COLISEU LTDA, doravante denominada Recorrida, como



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.

I.b. DO RECURSO

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando, em síntese, que a empresa Recorrida não possui Selo de Pureza e Qualidade da ABIC, o que acarreta no desatendimento às exigências do Edital, além de que a embalagem da amostra apresentada possui não apenas um formato diferente de uma embalagem do tipo vácuo, mas também resguarda muita semelhança com a embalagem apresentada na Ficha Técnica anexada pela Recorrida, que não é do tipo vácuo. Requer, por fim, a desclassificação da empresa ora habilitada.

I.c. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida não apresentou contrarrazões.

II. DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO E DAS DILIGÊNCIAS

A discussão girou em torno da exigência de apresentação do Selo de Pureza e Qualidade da ABIC para habilitação da empresa.

Registra-se que a sessão do Pregão em tela seguiu estritamente os termos legais e todos os documentos exigidos foram devidamente apresentados pela empresa Recorrida.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

Imperioso salientar que os itens 1.6 e 4.5 do Termo de Referência fazem uma exigência alternativa, qual seja, *"a empresa contratada deverá apresentar comprovação da qualidade do produto através de laudos emitidos por laboratórios credenciados junto ao Ministério da Agricultura e/ou Saúde ou Selo de Pureza e Qualidade da ABIC"*. No caso em tela, a empresa apresentou os devidos laudos laboratoriais.

Insta consignar, por fim, que a autoridade que requisitou o certame detém competência para prover os subsídios técnicos necessários, eis que as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, a qual possui o conhecimento técnico para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado.

Deste modo, o processo foi encaminhado à Secretaria Municipal de Licitações e Planejamento, pasta requisitante do certame, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos recorridos, nos termos do artigo 168 da Lei 14.133/2021 e do subitem **26.11** do Edital do Pregão Eletrônico nº **90.024/2025**, a fim de subsidiar a decisão deste Pregoeiro.

Na manifestação exarada às fls. 15 e 16, a Secretaria consignou que ficou *"decidido pela plena aprovação da amostra/produto"*.

Nada obstante, em razão da impugnação se referir à alternatividade de exigência prevista no Edital, os autos foram remetidos para análise técnico-jurídica da Procuradoria-Geral do Município, a qual confirmou a legalidade das previsões editalícias e pugnou pela manutenção da habilitação e prosseguimento do feito, nos termos do parecer de fls. 20 a 28.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

III. DA DECISÃO

Após análise das diligências técnicas, foram exaradas manifestações de modo a concordar com a decisão de habilitação, confirmando-a.

Isto posto, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto e, subsidiado pelos pareceres técnicos, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, pugnando pela manutenção da habilitação da empresa **CAFE COLISEU LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.024/2025.

Diante do indeferimento do recurso interposto, nos termos do § 2º do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, encaminho o presente processo à autoridade superior para apreciação e decisão final sobre o recurso administrativo relativo ao Pregão Eletrônico em referência, observando o prazo legal de 10 (dez) dias úteis.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato <https://www.gov.br/compras>.

Nova Friburgo, 06 de maio de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão Permanente de Pregão I
Matrícula nº 206.934



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

Processo Administrativo Eletrônico n.: 14.629/2025

Recorrente: Phenix Comercio e Servicos em Geral Ltda.

Recorrida: Café Coliseu Ltda.

Assunto: Recurso - Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.024 de 2025 - Processo Licitatório n. 1811/2025

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 90.024 de 2025 - Processo Licitatório n. 1811/2025, que tem por objeto licitar a melhor proposta para a aquisição, sob demanda, de pó de café, acondicionado em pacotes de 500g (quinhentos gramas) embalados à vácuo, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, Subprefeituras e Fundação.

Para melhor didática e compreensão, passa-se ao relato dos fatos de forma segmentada.

I.1. Das Razões da Recorrente

A recorrente interpôs recurso administrativo contra a decisão prolatada pelo i. Pregoeiro, sob o argumento de que o mesmo aceitou a proposta da empresa recorrida sem a observância a respeito dos critérios editalícios, apontando, em síntese, que *“o produto ofertado pela Recorrida padece de sério vício, visto que o mesmo não possui ABIC, contrariando uma condição clara a ser contemplada pela marca que será fornecida”*, requerendo a desclassificação da empresa.

Afirma, ainda, que, aparentemente, a foto anexada ao laudo de aprovação não se trata de uma embalagem do tipo vácuo, motivo pelo qual a amostra deveria ser recusada, com a consequente desclassificação da empresa recorrida, uma vez que o Termo de Referência não deixa dúvidas que a embalagem que está sendo licitada é do tipo vácuo.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

I.2. Das Contrarrazões da Recorrida

A recorrida não apresentou contrarrazões.

I.3. Da Manifestação do Pregoeiro

O Pregoeiro, em manifestação de fls. 12/14, aduz que a intenção de recurso foi aceita de forma automática pelo Sistema, sem a necessidade de juízo de admissibilidade, afirmando que os itens 1.6 e 4.5 do Termo de Referência fazem uma exigência alternativa, qual seja, *“a empresa contratada deverá apresentar comprovação da qualidade do produto através de laudos emitidos por laboratórios credenciados junto ao Ministério da Agricultura e/ou Saúde ou Selo de Pureza e Qualidade da ABIC”* e, no caso em tela, a empresa recorrida apresentou os devidos laudos laboratoriais.

Por fim, encaminhou o processo à Secretaria de Licitações e Planejamento para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos recorridos.

I.4. Da Manifestação da Secretaria Requisitante

A Secretaria Municipal de Licitações e Planejamento, às fls. 15/16, informa que *“de acordo com o item 4 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), foi realizada a análise da amostra do café enviada pela empresa CAFÉ COLISEU LTDA, da própria Marca Coliseu, 100% arábica, classe superior, embalado à vácuo, de 500g, e, observados os parâmetros fixados, especialmente em atenção ao descrito no item 4.7.5 do Termo de Referência, o qual trata dos aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, foi decidido pela plena APROVAÇÃO da amostra/produto (foto abaixo), principalmente quanto à análise sensorial (aroma e sabor)”*.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

Por fim, anexa novamente a foto da embalagem a fim de comprovar o afirmado, narrando se tratar indiscutivelmente de embalagem à vácuo (aberta), de 500g, motivo pelo qual entende que não devem prosperar as alegações do recurso administrativo interposto pela recorrente.

É o relatório.

II. DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*
- b) julgamento das propostas;*
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;*
- d) anulação ou revogação da licitação;*
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;*

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.” (sem grifos no original)



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, **cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Licitações e Planejamento, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 22.5 do edital assim dispõe:

“O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos”.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

No caso em exame, conforme narrado no relatório, o Pregoeiro solicitou diligência a fim de dirimir dúvidas técnicas e jurídicas relativas à interpretação do objeto licitado e à exigibilidade do laudo apontado.

Por certo, o presente parecer abordará tão somente as questões eminentemente jurídicas, dentro das atribuições inerentes a esta Procuradoria-Geral do Município.

Com efeito, passa-se à análise dos questionamentos levantados pela recorrente.

Pois bem. Vejamos o teor do subitem 1.6 e dos subitens 4.2 e seguintes do Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico 90.024/2025:

CAFÉ EM PÓ HOMOGÊNEO, torrado e moído em embalagem de 500g, do tipo vácuo, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem. Deverá ser constituído de grão de café tipo 6 COB ou melhores, contendo ao menos 85% de arábica em sua composição, com no máximo 10% em peso de grãos com defeitos e/ou ardidos PVA, ausente de grãos pretos-verdes e fermentados;

*Gosto predominante de café arábica, com classificação de bebida mole a dura, isento de gosto Rio Zona, Rio e Riada. Deverá apresentar comprovação da qualidade do produto **através de laudos emitidos por laboratórios credenciados junto ao Ministério da Agriculturae/ou Saúde ou Selo de Pureza e Qualidade da ABIC**, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da entrega pelo fornecedor. Referência: Melitta, Pilão, Três Corações, similar, equivalente ou de melhor qualidade. (sem grifos no original)*

(...)

4.2 O produto café em pó, homogêneo, torrado e moído, acondicionado em embalagem de 500g (quinhentos gramas), à vácuo, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

4.3 Deverá ser constituído de grão de café tipo 6 COB ou melhores, contendo ao menos 85% (oitenta e cinco por cento) de arábica em sua composição, com no máximo 10% (dez por cento) em peso de grãos com defeitos e/ou ardidos PVA, ausentes de grãos pretos-verdes e fermentados.

4.4 Gosto predominante de café arábica, com classificação de bebida mole a dura, isento de gosto Rio Zona, Rio e Riada.

4.5 A CONTRATADA deverá apresentar comprovação da qualidade do produto através de laudos emitidos por laboratórios credenciados junto ao Ministério da Agricultura e/ou Saúde ou Selo de Pureza e Qualidade da ABIC, com nota de qualidade global mínima de 6,0 (seis vírgula zero) pontos na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% (um por cento) de impureza. (sem grifos no original)

Conforme se verifica do teor dos subitens acima transcritos, a exigência da comprovação da qualidade do produto pode ser feita de duas formas: (i) através de laudos emitidos por laboratórios credenciados junto ao Ministério da Agricultura e/ou Saúde; **OU** (ii) Selo de Pureza e Qualidade da ABIC.

Portanto, conclui-se que a exigência posta no Termo de Referência é alternativa, ou seja, comprovação da qualidade do produto através de laudos OU através da Certificação da ABIC, o que, s.m.j., foi cumprido pela empresa recorrida, conforme considerações do Pregoeiro (fls. 12/14 e fls. 17/19).

Nas sábias palavras de Hely Lopes Meirelles (*Direito Administrativo Brasileiro*, 30a ed., SP: Malheiros, p. 283), o edital é a lei interna da licitação e vincula inteiramente a Administração e os proponentes.

Assim, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelece o artigo 5º da Lei n. 14.133/2021, *in verbis*:



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

*“Art. 5º Na aplicação desta Lei, **serão observados os princípios** da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

O princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório possui extrema relevância, na medida que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas, como leciona Licínia Rossi em seu Manual de Direito Administrativo (2015, p. 530):

“Além das disposições legais aplicáveis num procedimento licitatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha essencialmente vinculada (art. 41 da Lei n. 8.666/93)”.

Trata-se de uma garantia não só para a Administração, mas também para todos os licitantes, conferindo lisura na realização do certame, eis que todas as partes envolvidas têm conhecimento das regras a serem aplicadas.

Portanto, sob o prisma da vinculação ao instrumento convocatório, não há que se falar em ofensa ao Edital, haja vista que o próprio instrumento editalício prevê o cumprimento da exigência de forma alternativa por meio de laudos emitidos por laboratórios credenciados junto ao Ministério da Agricultura e/ou Saúde OU pelo Selo de Pureza e Qualidade da ABIC.

Neste ponto, cabe esclarecer que houve impugnação sobre o tema nos autos do Processo Licitatório n. 34.222/2023 (Pregão Eletrônico n. 90046 de 2024), onde restou apurada a



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



impossibilidade de exigência única do referido Selo ABIC, por se tratar de uma associação privada, conforme entendimento do TCU¹:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA COMPRA DE CAFÉ. RESTRIÇÃO INDEVIDA À COMPETITIVIDADE. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO SELO DE PUREZA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ (ABIC) PARA A COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO. DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO CAUTELAR DO CERTAME. OITIVA DA ENTIDADE. ANÁLISE DE MÉRITO. PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. ANULAÇÃO DO PREGÃO. DETERMINAÇÕES. (...) O que afronta a lei é a exigência exorbitante de apresentação do selo da ABIC, quando existem laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (habilitados pela Vigilância Sanitária) para atestar a qualidade do produto em questão". Assim, o relator, ao concordar com a unidade técnica, e na mesma linha do que já havia afirmado quando da apreciação da medida cautelar anterior, destacou que "o ponto central da análise da representação consiste no fato de que o referido selo não é a única forma de garantir a compra de um café com boas características. Desse modo, deve ser permitido a todos licitantes fazerem uso de outras entidades credenciadas, incrementando, assim, a efetiva concorrência e a amplitude da participação". (...)

Portanto, o Edital está em consonância com a legislação e a jurisprudência ao permitir que a comprovação do controle de qualidade do café possa ser aferida por algum tipo de selo ou certificação, não necessariamente o selo ABIC, haja vista a vedação de exigências que restrinjam o caráter competitivo do certame.

Ademais, a Secretaria Municipal de Licitações e Planejamento informa que a amostra do café enviada pela empresa recorrida foi aprovada, bem como que o produto se trata indiscutivelmente de embalagem à vácuo (aberta), afastando as alegações da recorrente também quanto a este ponto.

III - CONCLUSÃO

¹ Acórdão 1985/2010-Plenário, Data da Sessão 11/08/2010, Relator José Mucio Monteiro.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

Diante de todo o exposto, **opina-se pelo desprovimento do recurso, com a remessa dos autos à Comissão de Pregão I** para ciência dos esclarecimentos solicitados.

Por derradeiro, ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo (Lei Municipal n. 4.637/18), restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É como opina a Subprocuradoria de Licitações e Contratos.

Nova Friburgo, 30 de abril de 2025.

Layne de Andrade Alves
Subprocuradora de Licitações e Contratos
Matrícula: 63.736



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

À Procuradoria-Geral do Município

Processo Licitatório nº **1.811/2025**, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90.024/2025**, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de PÓ DE CAFÉ, acondicionado em pacotes de 500g (quinhentos gramas) embalados à vácuo, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, Subprefeituras e Fundação, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se o presente processo administrativo de recurso interposto, tempestivamente, pela empresa PHENIX COMERCIO E SERVICOS EM GERAL LTDA, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa CAFE COLISEU LTDA, no bojo do Pregão Eletrônico nº 90.024/2025.

I. DO RELATÓRIO

I.a. DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa PHENIX COMERCIO E SERVICOS EM GERAL LTDA, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa CAFE COLISEU LTDA, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

I.b. DO RECURSO

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando, em síntese, que a empresa Recorrida não possui Selo de Pureza e Qualidade da ABIC, o que acarreta no desatendimento às exigências do Edital, além de que a embalagem da amostra apresentada possui não apenas um formato diferente de uma embalagem do tipo vácuo, mas também resguarda muita semelhança com a embalagem apresentada na Ficha Técnica anexada pela Recorrida, que não é do tipo vácuo. Requer, por fim, a desclassificação da empresa ora habilitada.

I.c. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida não apresentou contrarrazões.

II. DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

A discussão gira em torno da exigência de apresentação do Selo de Pureza e Qualidade da ABIC para habilitação da empresa.

Registra-se que a sessão do Pregão em tela seguiu estritamente os termos legais e todos os documentos exigidos foram devidamente apresentados pela empresa Recorrida.

Imperioso salientar que os itens 1.6 e 4.5 do Termo de Referência fazem uma exigência alternativa, qual seja, *"a empresa contratada deverá apresentar comprovação da qualidade do produto através de laudos emitidos por laboratórios credenciados junto ao Ministério da Agricultura e/ou Saúde ou Selo de Pureza e Qualidade da ABIC"*. No caso em tela, a empresa apresentou os devidos laudos laboratoriais.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

Insta consignar que os autos foram encaminhados ao corpo técnico da Secretaria requisitante, a qual exarou a manifestação de fls. 15 e 16, segundo a qual ficou "decidido pela plena aprovação da amostra/produto".

Nada obstante, em razão da impugnação se referir à alternatividade de exigência prevista no Edital, encaminhamos o presente para análise técnico-jurídica da Procuradoria-Geral do Município.

III. DAS DILIGÊNCIAS À PGM

Diante do exposto, considerando que o teor do recurso aborda também questões jurídicas, encaminho o presente processo à PGM, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos recorridos, nos termos do artigo 168 da Lei 14.133/2021 e do subitem 26.11 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.024/2025, a fim de subsidiar a decisão deste Pregoeiro.

Após o recebimento da resposta da diligência técnica, a análise do recurso será complementada, com vistas à adoção de decisão fundamentada e alinhada aos princípios da legalidade, vinculação ao edital e segurança jurídica.

Nova Friburgo, 29 de abril de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão Permanente de Pregão I
Matrícula nº 206.934



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA

SECRETARIA DE
LICITAÇÕES E
PLANEJAMENTO

Nova Friburgo, 28 de abril de 2025.

À Comissão Permanente de Pregão I

Resposta ao Recurso interposto pela Empresa Licitante PHENIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA. pelo Processo n.º 14.629/2025.

Referências: Processo Licitatório nº 1.811/2025 - Edital do Pregão Eletrônico nº 90.024/2025

Respeitável Pregoeiro,

Cumprimentando-o cordialmente, o corpo técnico desta Secretaria, em observância ao item III. DAS DILIGÊNCIAS DO CORPO TÉCNICO da resposta apresentada por essa respeitável comissão à peça recursal da Empresa **PHENIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA**, informa que, de acordo com o item 4 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), foi realizada a análise da amostra do café enviada pela empresa **CAFÉ COLISEU LTDA**, da própria Marca Coliseu, 100% arábica, classe superior, embalado à vácuo, de 500g, e, observados os parâmetros fixados, especialmente em atenção ao descrito no item 4.7.5 do Termo de Referência, o qual trata dos aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, foi decidido pela plena **APROVAÇÃO** da amostra/produto (foto abaixo), principalmente quanto à análise sensorial (aroma e sabor).

Abaixo segue novamente a foto que comprova o afirmado acima, inclusive, quanto à embalagem do produto, tratando-se indiscutivelmente de embalagem à vácuo (aberta), de 500g, portanto, não devem prosperar as alegações do recurso administrativo interposto pela empresa **PHENIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA**.



Assinado digitalmente. Acesso:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: 2c464aa9-1847-48fa-ad96-a1955776e2f0
Documento Digital Nº 110452/2025





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Nestes termos segue resposta de natureza técnica a fim de subsidiar a decisão de V.Sª.

Atenciosamente,

Gilcimar Cabral
Subsecretária de Compras e Licitações
Matrícula n.º 100.719





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

À Secretaria Municipal de Licitações e Planejamento

Processo Licitatório nº **1.811/2025**, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90.024/2025**, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de PÓ DE CAFÉ, acondicionado em pacotes de 500g (quinhentos gramas) embalados à vácuo, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, Subprefeituras e Fundação, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se o presente processo administrativo de recurso interposto, tempestivamente, pela empresa PHENIX COMERCIO E SERVICOS EM GERAL LTDA, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa CAFE COLISEU LTDA, no bojo do Pregão Eletrônico nº 90.024/2025.

I. DO RELATÓRIO

I.a. DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa PHENIX COMERCIO E SERVICOS EM GERAL LTDA, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa CAFE COLISEU LTDA, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

I.b. DO RECURSO

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando, em síntese, que a empresa Recorrida não possui Selo de Pureza e Qualidade da ABIC, o que acarreta no desatendimento às exigências do Edital, além de que a embalagem da amostra apresentada possui não apenas um formato diferente de uma embalagem do tipo vácuo, mas também resguarda muita semelhança com a embalagem apresentada na Ficha Técnica anexada pela Recorrida, que não é do tipo vácuo. Requer, por fim, a desclassificação da empresa ora habilitada.

I.c. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida não apresentou contrarrazões.

II. DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

A discussão gira em torno da exigência de apresentação do Selo de Pureza e Qualidade da ABIC para habilitação da empresa.

Registra-se que a sessão do Pregão em tela seguiu estritamente os termos legais e todos os documentos exigidos foram devidamente apresentados pela empresa Recorrida.

Imperioso salientar que os itens 1.6 e 4.5 do Termo de Referência fazem uma exigência alternativa, qual seja, *"a empresa contratada deverá apresentar comprovação da qualidade do produto através de laudos emitidos por laboratórios credenciados junto ao Ministério da Agricultura e/ou Saúde ou Selo de Pureza e Qualidade da ABIC"*. No caso em tela, a empresa apresentou os devidos laudos laboratoriais.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

Insta consignar, por fim, que a autoridade que requisitou o certame detém competência para prover os subsídios técnicos necessários, eis que as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, a qual detém o conhecimento técnico para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado.

III. DAS DILIGÊNCIAS AO CORPO TÉCNICO

Diante do exposto, considerando que o teor do recurso aborda questões técnicas, encaminho o presente processo à Secretaria Municipal de Licitações e Planejamento, pasta requisitante do certame, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos recorridos, nos termos do artigo 168 da Lei 14.133/2021 e do subitem 26.11 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.024/2025, a fim de subsidiar a decisão deste Pregoeiro.

Após o recebimento da resposta da diligência técnica, a análise do recurso será complementada, com vistas à adoção de decisão fundamentada e alinhada aos princípios da legalidade, vinculação ao edital e segurança jurídica.

Nova Friburgo, 24 de abril de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão Permanente de Pregão I
Matrícula nº 206.934



**ILMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA
FRIBURGO - RJ**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90024/2025

Processo Administrativo nº 1.811/2025

PHENIX COMERCIO E SERVICOS EM GERAL LTDA,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.464.362/0001-36,
vem, tempestiva e respeitosamente, nos termos do artigo 165, I, “b”, “c”, da
Lei nº 14.133/21 à presença de Vossa Senhoria, interpor:

**RECURSO ADMINISTRATIVO
COM EFEITO SUSPENSIVO**

em face da empresa **CAFE COLISEU LTDA**, inscrita no CNPJ nº
42.619.993/0001-24, fazendo-o pelas razões legais abaixo exponenciais, em
observância aos ditames legais aplicáveis à espécie conforme abaixo
demonstrado:

I. DA INCORRETA ACEITABILIDADE DA RECORRIDA

A empresa Recorrente busca, administrativamente, modificar a
decisão prolatada pelo i. Pregoeiro que **aceitou**, a empresa Recorrida SEM a
PRECISA observância a respeito dos critérios editalícios, para fins de aceitabilidade
no certame, no ITEM 01 / CAFÉ EM PÓ.



À vista disso, o produto ofertado pela Recorrida padece de sério vício, visto que o mesmo não possui ABIC, contrariando uma condição clara a ser contemplada pela marca que será fornecida.

Sem embargos, o direito de licitar se subordina ao preenchimento de certas exigências, previstas na lei e no ato convocatório. Essas exigências referem-se à pessoa do licitante e à proposta por ele formulada. A Lei e o ato convocatório estabelecem certos requisitos como indispensáveis para a disputa. No mesmo sentido, a natureza vinculada da fase procedimental, sujeita-se ao disposto na lei e no edital.

O espírito normativo não pode ser desprezado ao analisar as exigências editalícias, principalmente para reduzir o tratamento díspares entre os participantes, fins buscados pela licitação. Na hermenêutica jurídica, o aplicador do direito deve se ater ao seu aspecto finalístico para saber o verdadeiro sentido e alcance da norma, e não meramente sua vontade pessoal.

Na licitação, a vinculação à lei é complementada pela vinculação ao ato convocatório. **Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a comissão indicar, por ocasião do julgamento, algum critério diferente da vontade da lei.**

O procedimento licitatório deve escrupulosamente seguir as formalidades legalmente prescritas. É, pois, ato administrativo formal, vinculado, exigindo-se, portanto, a fiel subordinação à lei.

Oportuno se torna dizer, que a **Lei Nº 14.133/21, em seu Artigo 59, inciso II, estabelece que as propostas que não obedecerem às especificações técnicas detalhadas no edital serão desclassificadas.**

Em respeito aos fatos sobreditos, **solicitamos a imediata desclassificação da empresa Recorrida CAFE COLISEU LTDA, uma vez que o edital prevê a pena de desclassificação para as empresas que não obedecerem**



às especificações técnicas contidas no Termo de Referência ou apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:
(grifo nosso)

14.3.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência; (grifo nosso)

14.3.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos. (grifo nosso)

Essa baliza de desclassificação também é confirmada por meio do item 1.6 e 4.5 do Termo de Referência, combinada com o item 3 do Estudo Preliminar Técnico:

1.6. [...] Selo de Pureza e Qualidade da ABIC, [...].

4.9.4.3. A CONTRATADA deverá apresentar [...] Selo de Pureza e Qualidade da ABIC, com nota de qualidade global mínima de 6,0 (seis vírgula zero) pontos na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% (um por cento) de impureza.

3. O vencedor do certame deverá apresentar [...] Selo de Pureza e Qualidade da ABIC, com nota de qualidade global mínima de 6,0 (seis vírgula zero) pontos na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% (um por cento) de impureza.

Ilustre julgador.

Com estes apontamos, gostaríamos de chamar vossa atenção para o ponto chave do nosso recurso administrativo.



Conforme fica explícito em todos os textos transcritos acima, não há dúvidas de que **o café a ser fornecido** para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO** **precisa possuir o Selo de Pureza e Qualidade da ABIC**.

A referida questão fica ainda mais evidente ao lermos as informações passadas pelo Município por meio do ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR. Vejamos:

- Foi realizado em 2024, através do PA 12.448/24, certame para a aquisição de 15.000 (quinze mil) pacotes de pó de café para suprir tais necessidades da Administração.
- No referido certame, **o Município encontrou dificuldades para conseguir chegar a um produto de qualidade satisfatória, posto que os fornecedores apresentaram marcas de café que, embora atendessem aos requisitos formais do edital, não corresponderam à qualidade exigida no Termo de Referência.**

Considerando tais informações e o fato do **Selo de Pureza e Qualidade da ABIC** constar como uma exigência do edital e seus anexos, não resta dúvida de que para atender plenamente ao Instrumento Convocatório, o café precisa possuir o respectivo certificado.

E, como **o produto ofertado pela CAFE COLISEU LTDA não possui Selo de Pureza e Qualidade da ABIC**, ele deve ser desconsiderado e sua proposta deve ser desclassificada, não apenas por estar em desacordo com o edital, mas também porque podem afetar severamente o consumo dos servidores das repartições públicas. Incurrendo inclusive em mais prejuízos para essa administração.

O **Selo de Pureza e Qualidade da ABIC** (Associação Brasileira da Indústria de Café) é extremamente importante por várias razões, tanto para o consumidor quanto para as empresas do setor de café. Abaixo, citamos alguns pontos cruciais que merecem ser lembrados.



GARANTIA DE PRODUTO PURO E SEGURO

- O Selo assegura que o café embalado **não contém impurezas** (como grãos de outras plantas, paus, cascas ou outras substâncias estranhas).
- Também garante que o café não está misturado com **outros produtos adulterantes** (como milho torrado, cevada, ou outros grãos que podem ser usados para baratear o produto de forma ilegal).

CONTROLE CONTÍNUO

- Para manter o Selo, as empresas participantes passam por **auditorias regulares e testes aleatórios**.
- Isso garante que o controle de qualidade **não seja apenas no momento da certificação inicial**, mas um compromisso contínuo.
- Empresas que forem reprovadas nesses testes podem **perder o direito de usar o Selo**.

Além destes fatos, devemos ainda considerar os riscos da aquisição do café que não possui o **Selo de Pureza e Qualidade da ABIC**.

⚠ Principais Riscos do Café Sem Selo da ABIC

ADULTERAÇÃO

- Café **pode estar misturado com impurezas, resíduos (pau, casca) ou outros produtos mais baratos** (como milho, cevada, café de qualidade inferior).

BAIXA QUALIDADE SENSORIAL

- O Café **pode apresentar gosto amargo excessivo**, acidez desagradável, aroma estranho ou corpo "ralo", prejudicando totalmente a experiência do consumidor.

CONTAMINAÇÃO QUÍMICA

- Falta de controle pode resultar em café contaminado com micotoxinas, resíduos de pesticidas proibidos ou metais pesados.



A respeito do quesito que trata da **BAIXA QUALIDADE SENSORIAL**, entendemos ser valioso informar a esta administração que a CAFE COLISEU LTDA foi reprovada em um pregão promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA – SP, justamente por apresentar tal defeito.

42.619.993/0001-24 ME/EPP Desclassificada	CAFE COLISEU LTDA MG	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 22.9000 -
Chat			
Proposta			
Motivo da desclassificação Café com torra muito amarga, sabor residual forte queimado e fora do esperado			
Valor proposta (unitário total) R\$ 22.9000 R\$ 458.000,0000	Valor ofertado (unitário total) R\$ 22.9000 R\$ 458.000,0000	Valor negociado (unitário total) -	
Quantidade ofertada 20000	Marca/Fabricante CAFE COLISEU SUPERIOR	Modelo/Versão CAFE COLISEU SUPERIOR	
Participação desempate ME/EPP Convocação ignorada	Participação disputa final Convocação ignorada		

Sistema para o Participante 43.840.569/0001-78

13/03/2025 às 14:27:28

ANÁLISE DA AMOSTRA - **MARCA COLISEU SUPERIOR** - **REPROVADO** -
Café com torra **muito amarga, sabor residual forte queimado** e fora do esperado.

Sistema para o participante 42.619.993/0001-24	13/03/2025 às 14:01:35	RESULTADO DA AMOSTRA - MARCA COLISEU - REPROVADA - <u>Café com torra muito amarga, sabor residual forte queimado e fora do esperado.</u>
Sistema para o participante 43.840.569/0001-78	13/03/2025 às 14:27:28	ANÁLISE DA AMOSTRA - MARCA COLISEU SUPERIOR - REPROVADO - <u>Café com torra muito amarga, sabor residual forte queimado e fora do esperado.</u>

Informações constantes do **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO** do PREGÃO 90109/2024, promovido pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA – SP**, UASG 986637.

Já no tocando ao **CONTROLE CONTÍNUO**, o qual mencionamos acima, onde informamos que para manter o Selo ABIC, as empresas participantes passam por **auditorias regulares e testes aleatórios**, com a finalidade de manterem o padrão de qualidade, esclarecemos que a ausência do Selo da ABIC foi o parâmetro utilizado pelo **CONSELHO REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – RJ**, para não contratar com essa marca.



Afinal, não há garantias de controle de qualidade, o que pode afetar sensivelmente este Município ao longo do fornecimento.

Segue a transcrição da desclassificação.

Motivo da desclassificação

NÃO ATENDE AO DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA-TR - Moagem Fina e Uniforme, Tipo Extraforte, Ponto de torração - Selo da ABIC e Referência.

1 CAFE
Homologado (fracassado)

Objeto solicitada: 6400
Valor estimado (unitário): R\$ 32.6300

Minha proposta Todas as propostas Histórico de recursos

42.619.993/0001-24
ME/EPP
Programa de Integridade
Desclassificada

CAFE COLISEU LTDA
MG

Valor ofertado (unitário): R\$ 27.6000
Valor negociado (unitário): -

Chat

Proposta

Motivo da desclassificação
NÃO ATENDE AO DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA-TR - Moagem Fina e Uniforme, Tipo Extraforte, Ponto de torração - Selo da ABIC e Referência.

Valor proposta (unitário total) R\$ 32.6000 R\$ 208.640.0000	Valor ofertado (unitário total) R\$ 27.6000 R\$ 176.640.0000	Valor negociado (unitário total) -
Quantidade ofertada 6400	Marca/Fabricante CAFE COLISEU SUPERIOR	Modelo/Versão CAFE COLISEU SUPERIOR
Participação desempate ME/EPP Não se aplica	Participação disputa final Não se aplica	

Informações constantes do PREGÃO 90008/2025, promovido pelo CONSELHO REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - RJ, UASG 389090.

A veracidade das afirmações que motivaram as desclassificações da empresa CAFE COLISEU LTDA, são tão explícitas que a **empresa sequer manifestou qualquer tipo de oposição via recurso. Essa postura confirma com clareza que o produto não possui a qualidade mínima exigida para o fornecimento**, em virtude da AUSÊNCIA do SELO ABIC e do SABOR INCOMPATÍVEL.

Desta feita, considerando todos os motivos expostos, **solicitamos a desclassificação da empresa CAFE COLISEU LTDA, pois o produto ofertado não possui o Selo de Pureza e Qualidade da ABIC, fator indispensável para o pleno atendimento do Município, considerando a redação do edital, a manutenção do padrão de qualidade e a farta comprovação de que o produto**



já foi amplamente recusado em outras unidades contratantes por não possuir a qualidade necessário para seu fornecimento.

Além dos fatos expostos, gostaríamos de consultar a ilustre comissão sobre a amostra entregue para confecção do LAUDO DE APROVAÇÃO.

Um fato nos chama atenção e seria relevante que houvesse a confirmação. Analisando a foto anexada ao LAUDO DE APROVAÇÃO, tivemos a impressão de que **NÃO se trata de uma embalagem do tipo VÁCUO**.

A embalagem da amostra apresentada possui não apenas um formato diferente de uma embalagem do tipo VÁCUO, mas também resguarda muita semelhança com a embalagem apresentada na Ficha Técnica anexada pela empresa CAFE COLISEU LTDA, **que não é do tipo VÁCUO**.

Vejamos o anexo nomeado como “Apresentacao cafe 250 gr e 500 gr”.



Agora, vejamos a embalagem entregue como amostra:





São extremamente semelhantes (para não afirmar que é a mesma) e, inequivocamente, a **embalagem que consta na Ficha Técnica não é do tipo VÁCUO**.

Neste sentido, a amostra deveria ser recusada e seus atos revisados por meio do Princípio da Autotutela, com a consequente desclassificação da empresa CAFE COLISEU LTDA, uma vez que o Termo de referência não deixa dúvidas sobre a embalagem que está sendo licitada. Vejamos:

CAFÉ EM PÓ HOMOGÊNEO, torrado e moído em embalagem de 500g, **do tipo vácuo**, [...]



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA

SECRETARIA DE
LICITAÇÕES E
PLANEJAMENTO

PROCESSO Nº: 1.811/2025

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

01	606523	CAFÉ EM PÓ HOMOGÊNEO, torrado e moído em embalagem de 500g, do tipo vácuo , com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem. Deverá ser constituído de grão de café tipo 6 COB ou melhores, contendo ao menos 85% de arábica em sua composição, com no máximo 10% em peso de grãos com defeitos e/ou ardidos PVA, ausente de grãos pretos-verdes e fermentados;	UN	13.000
----	--------	--	----	--------

II. DOS PEDIDOS

ISSO POSTO, diante das considerações acima expendidas, requer o recebimento deste **RECURSO ADMINISTRATIVO**, e consequentemente, julgamento procedente *in totum* dos pedidos infra relacionados:



- a) Requer os efeitos suspensivos ao certame;
- b) Requer a Vossa Senhoria que reforme a decisão de aceitar empresa recorrida que apresentou um produto em desacordo com o edital e as condições mínimas necessárias para seu fornecimento, de acordo com motivos debatidos;
- c) Caso o Julgador não reforme a decisão prolatada, a Recorrente informa, desde já, que protesta e requer vista e cópia integral do Processo para tomada das medidas necessárias, assim como requer que seja prolatada decisão fundamentada e com a chancela da Autoridade Competente para que a Recorrente impetre o mandado de segurança de forma que o certame seja interrompido e as irregularidades sanadas, bem como promova representação com pedido cautelar junto ao Tribunal de Contas da União.

Nesses termos,
Pede deferimento.

Rio de Janeiro – RJ, 14 de abril de 2025.

PHENIX COMERCIO E SERVICOS EM GERAL LTDA
CNPJ sob nº 17.464.362/0001-36



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

014629/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: a6186311-9634-482d-9f6a-fc6612f38d13

AUTUADO EM	Sexta-feira, 25 de Abril de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO I
AUTUADO POR	CINTIA MAYER BRITO
INTERESSADO (S)	
PHENIX COMERCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA	

RESUMO

RECURSO - PE 90.024/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 1.811/2025

EMPRESA RECORRENTE: PHENIX COMERCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

EMPRESA RECORRIDA: CAFE COLISEU LTDA

DATA: 25/04/2025

